

**DOS AFETOS E DA MEMÓRIA COMO LUGAR:
UMA LEITURA DE *CÃO COMO NÓS E ALMA*,
DE MANUEL ALEGRE**

José Vieira (Universidade de Pádua)

ABSTRACT

The following essay aims to analyze the works *Cão como Nós* and *Alma*, by Manuel Alegre. Although almost always associated with poetry and the history of the Carnation Revolution, the author of *Praça da Canção* has some prose titles that deserve more attention from critics.

We sought to address and analyze the theme of memory of childhood and the past in the proposed works, not only as a mechanism for recovering the past, but also as a narrative that (re)configures the present, giving it credibility and giving it meaning.

Keywords: Manuel Alegre; *Cão como nós*; *Alma*; Memory; Portuguese Literature.

RESUMO

O seguinte ensaio tem como objetivo analisar as obras *Cão como nós* e *Alma*, de Manuel Alegre. Ainda que quase sempre associado à poesia e à história da Revolução dos Cravos, o autor de *Praça da Canção* conta com alguns títulos em prosa que merecem uma análise mais profunda por parte da crítica.

Neste texto procurou-se abordar e estudar a questão da memória da infância e do passado nas obras propostas, não só como mecanismo de recuperação do passado, mas também como narrativa que (re)configura o presente, credibilizando-o e dando-lhe um sentido.

Palavras-chave: Manuel Alegre; *Cão como nós*; *Alma*; Memória; Literatura Portuguesa.

Recebido em 12 de fevereiro de 2024

Aceite em 13 de março de 2024

DOI: 10.58155/revistadeletras.v1i9.497

Quem tem mais palavras vê mais.
Lamberto Maffei, *Elogio da Palavra*

Nós somos as nossas memórias. Somos as pessoas que habitam nelas, os lugares, as paisagens, os cheiros, as cores, os sons e todas as sensações que preenchem essa aguarela. Somos também feitos de outros. Sem o outro, o *eu* falha. A nossa disponibilidade para o mundo deve ser como a do ouvido: concha disposta e aberta, sinal de que ainda é possível viver num tempo que não é o da expulsão do outro. O outro é quem dá sentido à nossa existência. Sem ele, não há testemunhas do mundo.

Publicado em 2018, *Elogio della Parola* viria a ser traduzido e lançado em Portugal no ano seguinte com o título *Elogio da Palavra*. A escolha de uma frase de Lamberto Maffei como epígrafe desembulha de imediato o meu propósito: refletir sobre a importância da palavra, e da literatura, em particular, como salvação do que vincula na obra de Manuel Alegre.

Se quem tem mais palavras vê mais e pode ver melhor, então a literatura é um privilegiado motor de desenvolvimento emocional e sociocrítico. Por isso, ao escolher as obras *Alma*, de 1995, e *Cão como nós*, de 2002, mais não estou do que a mostrar dois exemplos da multifacetada obra do autor de *Rafael*.

Se é certo que associamos de imediato o nome de Manuel Alegre à poesia e a obras axiais como *Praça da Canção*, de 1965, *O Canto e as Armas*, 1967, ou *Nambuanguo, meu Amor*, 2008, entre tantas outras, a verdade é que a sua prosa possui também o condão do poder da palavra escorreita e clara, que ilumina e faz ver.

Alma e *Cão como nós*, um romance e uma novela, respetivamente, são obras onde os afetos e a memória pontificam a cada página, através de cada episódio e de cada uma das personagens, sejam elas pessoas ou animais. Em *Alma*, encontramos as memórias da primeira infância em Águeda, junto ao rio Alma, que tudo parece observar como domador hipnótico das coisas que se agitam muito. Entre a realidade e a ficção, a memória autobiográfica e autoficcional, o romance vai construindo a narrativa do elogio da liberdade, da democracia e da república, não fosse Beatriz, a avó materna, a representante da oposição democrática ao regime fascista, e esposa de Geraldo Pais, chefe da Carbonária e fundador da República.

Mergulhemos na obra para melhor vermos os sentidos do texto e percebermos como desde menino, Duarte, o protagonista, estava destinado à mais bela das poesias: a liberdade:

Quando me encontravam no Jardim Novo, na margem direita do rio Alma, perguntavam-me baixinho: Então, como é que se diz? E eu murmurava-lhes ao ouvido: Viva a República. O que era entendido como sinal mais que certo de que a sucessão estava por assim dizer assegurada. [...] O culto da república era, assim, uma forma de religião. Creio que para minha avó não havia diferença entre a devoção a Nossa Senhora, o culto da República e a fidelidade cega à memória do meu avô (Alegre 2009: 10-11).

Os avós maternos são figuras nucleares na construção da identidade e do imaginário do pequeno Duarte, assim como os seus pais, que representam não só polos opostos, mas mais importante do que isso, dois fios condutores que se completam e complementam, qual foz de um rio que desagua no mar:

Para me perceber a mim mesmo não posso esquecer que nasci e fui criado entre a tensão da energia e o desprendimento da contemplação. Talvez, ao fim e ao cabo, fosse essa a tensão entre a República e a Monarquia. Essa fronteira passará sempre por dentro de mim, é uma guerra civil que no mais fundo de mim mesmo nunca se resolverá: energia e melancolia, ação e desinteresse, agitação e desprendimento. Sou de certo modo o fruto de um último combate travado na mesma família entre a República e a Monarquia. Não sei quem ganhou, não sei quem ganhará. Se é que não há senão perder (32).

A tensão entre as influências do pai e da mãe, assim como dos avós, dos tios e dos vizinhos, enfim, de todos os habitantes de *Alma*, nome ficcional mas fértil em horizontes de expectativa e reflexão, revelam desde cedo um protagonista dividido entre a lealdade que deve à liberdade e à honra como coisa real por fora e por dentro. Como característica a cultivar, preservar e a aprofundar.

É por entre os afetos e a memória que a poesia, a literatura e as coisas belas entram na vida do pequeno Duarte. Estando doente, uma das tias começou a ler-lhe poesia. Regresso ao romance:

Aquele ritmo trazia-me uma espécie de música interior. E eu ficava mais calmo. Ela lia-me Garrett, Antero, António Nobre e António Sardinha. [...] Eu gostava sobretudo da *Nau Catrineta* e da *Barca Bela*. Aprendi de cor as primeiras estrofes de *Os Lusíadas*. [...] Também o meu pai vinha por vezes ler-me as *Lendas e Narrativas* de Alexandre Herculano. A minha tia e o meu pai transmitiram-me ritmos e temas que para sempre ficaram dentro de mim (48-49).

De facto, no recentemente publicado volume *Toda a Prosa*, de 2023, lê-se no prefácio de Paula Morão o seguinte:

a narrativa como romance, que também é lembrança e herança do romancista vindo da infância e de leituras (Garrett e António Nobre, por exemplo) ligadas à oralidade, à recitação em voz alta e ao consequente privilégio da memória (Alegre 2023: 9-10).

A memória é, pois, como um fio de Ariadne ou como o tear de Penélope, ora criando-se e desfazendo-se, ora guia, farol e luz de um labirinto que é o passado e o esquecimento. Quando Manuel Alegre escreve, está a impedir que as pessoas com quem cresceu e que o ajudaram a construir-se enquanto pessoa não morram. Se a memória de quem está vivo permite anular um pouco mais a morte dos que já cá não estão, a literatura, por seu turno, avança mais alto e mais fundo, na vida e no papel, porque mais do que habitar a substância do tempo, a literatura tem o condão de superá-lo.

Assim é a natureza do próximo episódio:

Uma noite acordei muito aflito e a gritar: Vou morrer, vou morrer.

– O que foi?, perguntou o meu pai, diz-me, eu sou o teu pai, eu mato aquilo de que tu tens medo.

Eu apontei na direcção da janela e disse: Aquela coisa preta. Enquanto a minha mãe, a minha avó e a minha tia se afadigavam de um lado para o outro, o meu pai foi buscar a espingarda de cinco tiros, apareceu no quarto, muito calmo, e perguntou-me outra vez:

– O que é, diz-me o que é e onde?

Eu repeti:

– Aquela coisa preta. Então o meu pai apontou na direcção da janela e disparou cinco tiros seguidos. Voaram os vidros, choveram estilhaços, ficou tudo estarecido, mas eu senti subitamente uma grande paz dentro de mim. Olhei para o meu pai e comecei a rir. Ele abraçou-me e riu. Riu e chorou. Creio que foi uma das grandes alegrias da vida dele. E um dos momentos de absoluta cumplicidade entre nós. Um e outro, sem palavras, compreendemos imediatamente: ele tinha acertado naquela coisa preta (51).

A recuperação do passado, nem sempre pacífica ou linear, apresenta os desvarios e os desenganos do mundo, aliás, reflexo da condição e da natureza humanas. O confronto entre o passado e o presente surge em cada episódio, na medida em que a memória é essa ação de suspender o tempo presente. Trata-se de uma suspensão que requer tempo e lentidão para o pensamento.

Num momento tão íntimo e marcante encontramos os rebentos daquilo que virá a ser um percurso e uma existência em constante luta contra as diversas “coisas pretas” que assombram a vida e a realidade: o fascismo, a fome, a injustiça, o medo, as intolerâncias e a desigualdade. E assim se cons-

trói um poeta de linhas sem rima, porque a rima não está nas linhas. A rima encontra-se nas palavras como uma sístole e diástole literária.

Os episódios continuam a surgir como um passeio não por Alma, mas também pela memória do pequeno Duarte, que assiste e é testemunha do quotidiano daquele lugar tão real e simultaneamente literário. Da Segunda Guerra Mundial recorda-se o protagonista de escutar clandestinamente a BBC na loja do ti Florêncio. Mergulho no texto:

Eu olhava para o mapa de Florêncio Tavares e via: a Europa. Creio que foi ali, na Loja, que pela primeira vez me senti europeu. E aqueles republicanos, embora os Aliados não saibam o não queiram saber, foram tão europeus como os que se bateram em Dunkerque, nas Ardenas ou em Estalinegrado (69).

Deste modo, os portugueses, e em particular os republicanos, juntam-se à grande História a partir da narrativa de Manuel Alegre, deixando estes de serem ausentes da história, Ricoeur *dixit*. A pertença ao mundo, em especial à Europa, surge aqui como pedra de toque e, de certa forma, como mecanismo de credibilização e justificação de um percurso feito pelo autor ao longo da sua existência. O pequeno Duarte parece surgir *pivot* de momentos importantes da história da humanidade que se refletem no dia a dia de Alma e das suas gentes, seja como testemunha que assiste ao desenrolar do conflito armado entre o Eixo e os Aliados, seja como porta-voz do fim da guerra que, embora não tenha chegado a Portugal diretamente, fez-se sentir no racionamento da alimentação e na vida cada vez mais pobre e difícil.

Uma vez mais, o protagonista será o porta-voz:

E a guerra acabou sem chegar cá. A 8 de maio de 1945, era dia de festa no Campo de S. Cristóvão, Joaquim Marceneiro, que dirigia a instalação sonora, pediu-me, emocionado, para ser a anunciar o fim da guerra. [...] Então eu peguei no microfone e disse: Atenção povo do arraial, acabou a guerra, viva Portugal (71).

É curioso pensar como *Alma*, de Manuel Alegre, se aproxima de obras como *Livro de Memórias*, de Teixeira de Pascoaes, e também de *As Pequenas Memórias*, de José Saramago. Nos dois livros, a aldeia, a casa e o lugar ocupam um espaço primacial, sítio onde se descobre o mundo ou onde até o mundo chega ou mais ainda, lugar do tamanho do cosmos.

Em Pascoaes, mais do que a casa de Gatão, é a aldeia e as pessoas que nela habitam que surgem amiúde num processo de recuperação do passado,

qual movimento pendular que tem na memória a força motriz para a continuação no presente. A obra de Pascoaes centra-se, pois, no “sujeito, do qual tudo emerge e para o qual tudo regressa” (Ressurreição 2017: 62). Escreve o poeta da saudade:

Iluminam-se os longes do tempo. Vários incidentes da minha infância revelam-se numa luz misteriosa; adquirem um significado transcendente [...]. A minha aldeia, por exemplo, um pobre campanário de pedra, o cercado de três casebres e oliveiras, com um sino sentimental que chora todas as tardes e por todos os que morrem, vale uma cidade imensa (Pascoaes 2001: 42).

Em Saramago, por seu turno, para além da casa dos avós (que invocaremos mais à frente), a aldeia é também apresentada ao leitor como se de um cenário bíblico se tratasse:

Foi nestes lugares que vim ao mundo, foi daqui, quando ainda não tinha dois anos, que meus pais, migrantes empurrados pela necessidade, me levaram para Lisboa, para outros modos de sentir, pensar e viver, como se nascer onde eu nasci tivesse sido consequência de um equívoco do acaso, de uma casual distração do destino, que ainda estivesse nas suas mãos emendar. Não foi assim. Sem que ninguém de tal se tivesse apercebido, a criança já havia estendido gravinhas e raízes [...]. Só eu sabia, sem consciência de que o sabia, que nos ilegíveis fólios do destino e nos cegos meandros do acaso havia sido escrito que ainda teria de voltar à Azinhaga para acabar de nascer. [...] essa pobre e rústica aldeia [...] foi o berço onde se completou a minha gestação (Alegre 2019: 10-11).

Em ambos os textos, a aldeia adquire contornos de personagem, uma vez que a partir dela serão construídas as narrativas da infância, mas também das pessoas que fizeram parte dela, sem esquecer a natureza e o meio envolvente. O mesmo poderá ser dito em relação ao livro de Manuel Alegre que, povoado pelas memórias do passado e da infância, acaba por transformar *Alma* num espaço literário adquirindo um espírito do lugar bastante próprio.

A recuperação do passado serve para refletir não só sobre o presente, mas também como ponto de encontro entre o sujeito da infância e o sujeito da vida adulta, de modo a criar-se um ponto de encontro que se quer coerente e consistente. No caso de Manuel Alegre, essa concordância atravessa toda a narrativa, a partir da história da Europa, em geral, mas da história de Portugal, em particular. Vejamos como:

A nossa paz não tinha sentido. A nossa guerra era outra. [...] Os outros campos acabaram, o nosso continua [...]. Eu ouvia a BBC, escutava as conversas, percebia a tensão, a espera, o medo. E sentia-me traído pelos Aliados. Afinal éramos os únicos que não tínhamos vencido. A nossa paz tinha uma guerra por fazer. E era de certo modo uma outra forma de guerra (170).

A luta contra o fascismo e contra a ditadura de Salazar faz parte da vida do protagonista e da família, assim como das gentes que vivem em *Alma*, todos eles jamais desistentes ou acomodados com a situação de um país a braços com a fome, a injustiça, a repressão, a opressão e o medo:

Quanto mais forte era a presença da Guarda nas ruas mais incendiárias eram as palavras que se diziam dentro de casa. Mas ninguém as sabia como Gonçalo Pena. É preciso responder à violência reacionária com a violência revolucionária. Sempre gostei desta frase que ouvi, pela primeira vez, nos começos de 1946, muitos antes da revolução cubana (168).

Percebe-se, desde cedo, que o destino de Duarte, a criança protagonista de *Alma*, está votado e voltado para os altos voos da liberdade, da resistência e da revolução. É o que fica explícito através da opinião de sua mãe, quando o narrador afirma que ela “teve sempre para mim grandes desígnios” (103).

Se é certo que a narrativa é escrita muitas décadas depois dos acontecimentos, a verdade é que desde o começo conseguimos perscrutar o génio e a insubmissão perante o *status quo*. Como ato de imersão no passado, a literatura também serve para construir sentidos no presente e vice-versa, isto é, a literatura pode ainda construir sentidos no presente e no futuro através da narração do passado. Creio que é isso que está em causa nesta narrativa. Duarte surge como Portugal: a braços comum destino que não pode ser atáxico nem preso a ideais fascistas. Há uma ideia futurizante, de construção de um devir luminoso, antecipado e antevisto desde logo em *Alma*, nesse lugar dentro do espaço e do tempo, mas simultaneamente fora e acima dele.

Recupero a passagem da mãe: “Ela queria grandes coisas para mim, um destino, talvez um milagre. Transmitiu-me desde pequeno essa crença em algo superior que me esperava ou que eu devia cumprir” (103). A passagem anterior não só justifica e atesta o que afirmei, como também credibiliza e enfatiza o que o narrador escreve logo depois: “A minha mãe não concebia que eu não vivesse intensa e perigosamente. Quando mais tarde fui preso por razões políticas, ela não entrou em pânico, nem ficou sequer aflita. Portou-se como se estivesse à espera” (105).

O protagonista lutar sempre pela liberdade, ainda que isso implique a cadeia e o exílio, o preço a pagar pela liberdade de expressão e pela autonomia crítica, cívica e consciente contra um regime totalitário e agressivo. As palavras seguintes referem-se a Salazar:

Eu não esqueço. Ele foi aliado dos nazis, aterrorizou a minha infância, perseguiu amigos do meu avô, mandou prender Aurélio Silveira, fez pairar a ameaça sobre a minha própria avó Beatriz Pais, uma senhora. [...] Para além da saudação fascista a que éramos obrigados quando o professor entrava [...]. Não me lixem, não me quilhem, o “regime anterior” foi um regime fascista e Salazar um tirano velhaco e mau (206-207).

São memórias inesquecíveis que ficam gravadas como um mármore não nos compêndios de história, mas nos in-fólios da literatura, recetáculo de ambiências e intimidades.

Íntima e marcante é também a presença e a memória de Kurika, um cão de raça *épagneul-breton*, “rebelde, teimoso, de certo modo subversivo” (22), presente na obra *Cão como nós*, publicada em 2002.

Kurika fará parte da família e do código genético de um tempo e de um lugar. Como se fosse um prolongamento daqueles que o adotaram ou vice-versa, o cão adquire contornos humanos, elevando-se, assim, à categoria de figura da ficção, superando, desta forma, as contingências do tempo e da mortalidade.

O narrador introdu-lo quase de modo subversivo, como se ele fosse um anti-herói:

Não era um cão como os outros. Já o meu pai o dizia [...]. Era uma das suas características, fazer ouvidos moucos, aparentar indiferença, fosse por espírito de independência fosse porque gostava de armar à originalidade. Mais tarde um dos meus filhos diria que o cão tinha apanhado os tiques de certas pessoas da família, numa alusão indirecta ao avô e a mim (11).

Mas a suposta imagem subversiva faz dele, afinal, um dos protagonistas e heróis da família:

O cão introduziu na família novos sentimentos [...] e conseguiu fazer de mim o mau da fita. Principalmente para a minha filha.

– Lembra-te que ele te salvou a vida.

Foi numa tarde de agosto, na praia. Eu tinha chegado a cansado da pesca, não estava mais ninguém, ou melhor, estava o cão que era quase alguém, pus

um café a aquecer e deitei-me por cima da cama. Adormeci, o café entornou-se, acordei agoniado e meio tonto, com o barulho do cão a raspar furiosamente a porta envidraçada do quarto. Consegui levantar-me, lembrei-me do café, corri a apagar o fogão, abri as janelas e saí para o terraço. Nunca se esclareceu se a porta da cozinha estava aberta ou não. Se sim, não há dúvida de que o cão veio raspar a porta para me salvar (35-36).

O espaço que medeia a escrita das obras e a vivência que nelas é relatada não é proporcional ao tempo cronológico, uma vez que as memórias emocionais e o tempo psicológico têm mais impacto e profundidade na memória e na imaginação do ser humano.

A memória luta contra o presente, vive em constante tensão com este, pois numa sociedade e numa época ultra-digital, “habitar uma memória é reviver o passado, resgatar os momentos retidos na lembrança, e trazê-los de volta para o presente” (Laitano 2010: 365).

Partindo dos afetos e da memória, Manuel Alegre recria o passado e o mundo, dando sentido ao presente e à escrita que surge como resistência, como grito, espada e eco. É nesse viajar entre os tempos que a escrita de Manuel Alegre se aproxima e se distancia, como um fole que abre e fecha de forma harmoniosa, mas em sentidos diversos.

A vida e o percurso de uma pessoa, neste caso de um escritor, é feito de memórias e a memória ocupa um espaço primordial na criação da nossa identidade. Aliás, é a partir da memória que (re)construímos o nosso passado. A forma como recordamos lugares, ambiências e pessoas é, já em si, uma narrativa, pois a memória funciona como uma espada de Dâmocles. A memória que temos da nossa infância, por exemplo, é completada com aquilo que os outros dizem de nós. As memórias que criamos e que vamos criando são, em parte, responsabilidade dos outros. Não é descabido afirmar, então, que aquilo que contamos e que lembramos advém da nossa memória, das memórias de terceiros e da conjugação de ambas com uma certa imaginação criativa de que dispomos.

Mas regresso à novela, pois é lá que encontramos os sentidos e *vemos* Kurika e, a partir dele, a mão que escreve e supera o tempo:

Era quase um especialista nas relações com os humanos [...] sempre partilhou as nossas alegrias e as nossas tristezas. Estou a vê-lo no dia do funeral do meu pai. Quando viemos do cemitério ele correu a casa toda, percebeu que havia uma falta, ou talvez sentisse uma presença que nós fisicamente já não sentíamos. Subiu escadas, desceu escadas, entrou e saiu de cada sala, deu voltas ao jardim, tornou a correr a casa toda. Até que de repente parou e foi enroscar-se,

como sempre, aos pés do meu pai, quero dizer, em frente da cadeira vazia onde o meu pai costumava sentar-se. Ou talvez para ele a cadeira não estivesse assim tão vazia. Não víamos o que ele via e não sabíamos o que ele sabia (69).

Nesse movimento pendular entre o passado e o presente, o morto e o vivo, o que não existe e o que existe, Manuel Alegre apresenta a escrita como resistência, como identidade.

No ensaio *A Salvação do Belo*, Byung-Chul Han escreve que “da obra de arte provém um abalo que derruba o espectador” (2016: 16). O belo atual, continua o filósofo, consiste numa ideia de polido, macio e suave, tanto no belo como no feio, de modo a não causar qualquer confronto com o espetador, eliminando, assim, qualquer *catarse* ou *pathos* libertador. Porém, a verdadeira missão do Belo, seja ele harmonioso ou disfórico, deverá ser sempre a revelação, a iluminação interior que vivifica, que liberta, que aprofunda e densifica o nosso conhecimento de nós próprios, dos outros e do mundo. A salvação do belo deve ser, portanto, a “salvação do que vincula” (99).

Os afetos e a memória são feitos da substância daquilo que nos vincula. Assim são as reflexões e os anseios expostos em *Alma* e em *Cão como nós*. No primeiro é o desconcerto do mundo, a pobreza e a miséria de um país a braços com uma ditadura:

Porque é que uns, poucos, tinham sapatos e outros, a maior parte, não? Perguntei ao professor e ele ficou atrapalhado. Perguntei em casa e ficaram incomodados. Fiz muitas vezes essa pergunta. E de cada vez que a fazia sentia que estava a fazer uma pergunta inconveniente. Nunca ninguém me respondeu e continuo, de certo modo, a perguntar. Porque ainda sinto o frio da escola (81-82).

No segundo, por seu turno, é a poesia de linhas sem rima, do silêncio, dos afetos, da honra e da lealdade:

Por vezes sentado sozinho na sala, apenas com o cão por companhia, pensava que, contrariamente ao que ele supunha, não eram precisas palavras para entendermos o essencial: que tudo é uma breve passagem e que não há outra eternidade senão a da solidão partilhada. Ou no amor, ou na camaradagem das grandes batalhas, ou no silêncio de uma sala entre um leitor e um cão. (100) Também lhe falava de versos, é verdade, como às vezes não tinha ninguém a quem ler de imediato um poema acabado de escrever, lia-o ao cão. Ele gostava. Não sei se do poema. Mas de que lho lesse. [...] Mas creio que ele também gostava da música da poesia, da alquimia do verso, da litania e da celebração mágica

que todo o poema é. Algo que os bichos entendem melhor do que os especialistas de literatura. Às vezes eu dizia-lhe aquele fabuloso verso de Camilo Pessanha: “Só incessante um som de uma flauta chora”. E ele arrebetava as orelhas. Tenho a certeza de que estava a ouvir a flauta (103-104).

O sempre Italo Calvino afirma que “o clássico não tem necessariamente de nos ensinar alguma coisa que não sabíamos, às vezes descobrimos algo que tínhamos desde sempre sabido (ou julgado saber) mas não sabíamos que ele já o tinha dito antes” (2015: 8). A verdade é que a poesia também existe em linhas sem rima. Na memória da infância ou no som de uma flauta que só um cão é capaz de ouvir. Assim é a vida. Assim é a literatura. Assim é a escrita de Manuel Alegre.

Referências Bibliográficas

- Alegre, Manuel. 2009. *Alma*. 15ª edição. Lisboa: D. Quixote.
----- 2012. *Cão como nós*. 23ª edição. Lisboa: D. Quixote.
- Han, Byung-Chul. 2016. *A Salvação do Belo*. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio D'Água.
- Laitano, Paloma. 2020. “O momento mágico da infância em *As Pequenas Memórias*, de José Saramago”. *Letrônica*, V. 3, n. 1, julho 2020, 365-381.
- Pascoaes, Teixeira de. 2001. *Livro de Memórias*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Ressurreição, J. F. (2017). “O sujeito órfico no *Livro de Memórias*, de Teixeira de Pascoaes: lembrança, desejo e saudade”. In: *Veredas: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas*, n.º 28, julho-dezembro, 62-72.
- Saramago, José. 2019. *As Pequenas Memórias*. Porto: Porto Editora.
----- 2012. *A estátua e a pedra*. Lisboa: Fundação José Saramago.